

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL PARANAENSE

1 Ata da Vigésima Oitava Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento
2 Territorial do Litoral Paranaense, realizada aos vinte e seis dias do mês de
3 setembro de um mil novecentos e oitenta e nove, de conformidade com a
4 convocação enviada aos membros efetivos e natos do Conselho. 02 – Aos vinte e
5 seis dias do mês de setembro de um mil novecentos e oitenta e nove, às dez
6 horas e quarenta minutos no salão da Colônia de férias do SESC, no município de
7 Matinhos – Pr, reuniram-se os membros efetivos e natos do Conselho de
8 Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense, a seguir nomeados, sendo a
9 Presidência dos Trabalhos exercida pelo Dr. Daniel Pelisson, Diretor Geral da
10 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente. Como
11 membros natos compareceram os Senhores: Sr. Luis Chemin, Prefeito de
12 Guaraqueçaba e suplente Dr. Antonio de Oliveira, Dr. Francisco Carlim dos
13 Santos, Prefeito de Matinhos e o Suplente Dr. Arno Drehmer, Sr. Sebastião
14 Cavagnolli, Prefeito de Morretes e o Dr. José Vicente Elias, Prefeito de Paranaguá
15 e o Suplente Dr. José Antonio Cruz. Como membros efetivos compareceram os
16 Senhores: Dr. Guilherme Moreira Rodrigues, Dr. Luciano Pizzatto, Sr. Edmir
17 Manoel Ferreira e o Dr. Celso Gomes Carneiro. Compareceram os Senhores: Dr.
18 Juracy Cordeiro da Silva, na qualidade de representante do CREA e o Dr. Rubens
19 Gabardo, como representante da Secretaria de Estado dos Transportes. Como
20 convidados compareceram os Senhores: João Alboit, Marcos Podbevsek e Elias
21 José Romualdo – Vereadores de Matinhos, Lauro Gouveia Netto – Prefeitura de
22 Antonina, Jefferson R. Gomes – Prefeitura de Guaratuba, José Eduardo Gastaldi e
23 Marcelo C. Zombon – Engenharia e Comércio Leone LTDA, Hamilton Bonatto –
24 Presidente da Câmara dos Vereadores, Sérgio Tavares – SESC, Ernani N. Motter
25 e Milton Heller – Formaespaço Arquitetura e Construções Temístocles S. Vital –
26 Surehma, Carlos A. Aquino e Kaiim Taouil – FAMEPAR, Mauro Rocha e Omar
27 Akel – SEDU, Roberto Dalledone e Antonio R. Arten – Associação Banestado,
28 Wilson Celli – DER, Laudenir Azevedo e Suely A. Santos – FEM, Toni Pizzatto –
29 Inst. Florestal, Vera V. Silva – FIEP, Luiza E. Basaglia – Federação do Comércio
30 do Paraná, Florisval Curcio Jr. E Sebastião G. Carvalho – ITCF/ Paranaguá,
31 Válber Torres – Emater/ Matinhos e vários representantes das Associações de
32 Moradores de Matinhos. 03 – Abertura: Dando abertura aos trabalhos da vigésima
33 oitava reunião, Dr. Daniel Pelisson, convidou todos os Conselheiros a mesa,
34 justificando a ausência do Secretário Requião. A seguir colocou em votação a Ata
35 anterior, que foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros Presentes. Convidou
36 ao Dr. Juracy Cordeiro da Silva, representante do CREA e o Dr. Rubens Gabardo,
37 representante da Secretaria dos Transportes para comporem a mesa. 04 – Ordem
38 do Dia: A seguir colocou em discussão a pauta da reunião – “Discussão do
39 Zoneamento”, que na reunião anterior havia sido solicitado vista pelo Prefeito de
40 Matinhos e Antonina, convidou ao relator Dr. Celso Carneiro que fizesse as
41 explanações. Dr. Celso Gomes Carneiro, explicou que foi estabelecido um
42 consenso a partir dos pontos de vistas da minuta anterior, as modificações

43 solicitadas constam em negrito (anexo). Dr. Daniel Pelisson, falou que foi colocada
44 de forma sucinta, pois a matéria já se encontrava em debate anteriormente com os
45 Prefeitos do Litoral, pois todos querem um desenvolvimento em harmonia com o
46 meio ambiente. A seguir passou a palavra ao Prefeito de Matinhos, Dr. Francisco
47 Carlim dos Santos para fazer as considerações e ponderações. Dr. Francisco dos
48 Santos, falou que o relatório já se encontrava com o relator – Dr. Celso Carneiro.
49 Dr. Daniel Pelisson abriu espaço para maiores modificações. Dr. Luciano Pizzatto,
50 iniciou dizendo ser esta a quarta reunião onde se discute a questão de
51 zoneamento e que teve grande avanço, por isso solicitou que se passasse para o
52 artigo 20º do Regimento Interno do Conselho, para nomear o relator do processo,
53 para na próxima reunião começar a votação. Dr. Daniel Pelisson, falou que nada
54 poderia ser votado sem o ponto de vista jurídico e quanto ao relator indicou o
55 nome do Conselheiro Celso, que foi aprovado pelos Conselheiros presentes. Dr.
56 Luciano fez algumas sugestões ao relator do processo tais como: a questão do
57 solo criado, pois a situação enfrentada em Caiobá, Matinhos e parte de
58 Paranaguá, poderia ser resolvido com o solo criado, apesar que a questão é
59 determinação das Prefeituras, mas que o Decreto deveria prever, talvez no artigo
60 10, no item “B”, onde diz: “será proposto funções, escalas e padrões”. Acha que os
61 municípios deveriam propor uma legislação do solo criado, que se aprovado pelo
62 Conselho, passariam a aplicar, resolvendo uma situação de fato. O outro assunto
63 para ser considerado é a questão de que foi definido a altura máxima, porque
64 limitar o número de pavimentos. Dr. Celso Carneiro esclareceu que em primeiro e
65 a mais obvia é que de praxe das legislações e em segundo é o aspecto da
66 densidade ao definir o número de pavimentos, fixa-se o número de moradia e em
67 terceiro, ao fixar o número de pavimentos e a altura, estabele-se um padrão de
68 conforto para habitação. Quanto ao solo criado, é restrito ao município. Dr. Mauro
69 Rocha citou a carta de Atenas, quanto a questão do solo criado que é do
70 município. Se o município cria a legislação do solo criado, ela não deve se chocar
71 com a legislação Estadual que legisla sobre a mesma matéria. Dr. Luciano
72 Pizzatto esclareceu que é justamente esta a sua preocupação, se o Conselho
73 restringe o município, com ele poderá fazer uma legislação, seria mais lógico
74 deixar claro para que não haja restrição a uma legislação maior, ainda dizemos
75 que se o município fizer deverá ter aprovação do Conselho. O cuidado que se
76 deve tomar é que se o Conselho achar que é uma boa prática, o solo criado
77 poderá ser criado mas sem ferir a legislação. Dr. Omar Akel esclareceu que a
78 comissão discutiu se o solo criado valia como instrumento de regularização, pois
79 alguns municípios do Brasil, aplicam o solo criado como forma de troca, onde se
80 vende uma área por valor financeiro, ou troca de área construída por outra área,
81 concluímos que ainda não é a hora de abrir uma brecha, quando estamos
82 estabelecendo gabaritos de altura e a densidade de ocupação, se esta fazendo
83 isso em padrões máximos. No momento que se cria ou admite o solo criado,
84 estaremos desconsiderando o aspecto técnico de densidade de sombreamento,
85 para resolver o problema de alguém que não obedece a legislação ou para tentar
86 resolver o problema financeiro do município. Quando o município estabelecer o
87 seu plano de desenvolvimento, o seu zoneamento detalhado, poderá prever a
88 Zona de Alta Densidade, por isso na aprovação pelo Conselho, irá alterar o
89 mapeamento do Decreto. Dr. Luciano Pizzatto falou que mexer no zoneamento é

90 delicado e perigoso, portanto deveríamos dirimir os problemas, pois não podemos
91 resolver o problema de densidade de Caiobá. Dr. Mauro Rocha comentou que a
92 questão do solo criado é uma decisão política dos Prefeitos. Dr. Guilherme Moreira
93 solicitou que se permitisse as Prefeituras fazerem o solo criado, mas que a Lei
94 Estadual faça uma limitação. Dr. Luciano mencionou que era para apresentar ao
95 Conselho para aprovação. Dr. Daniel Pelisson falou que o relator fará um relato
96 sobre o aspecto jurídico. Dr. Guilherme mencionou que esta sendo aplicado em
97 Curitiba e de certo modo está dando resultado e por isso não custaria tentar nos
98 municípios do litoral e mencionou também a grande densidade nas duas quadras
99 de Caiobá. Dr. Omar Akel falou que se pretende descongestionar as primeiras
100 quadras reduzindo o coeficiente de aproveitamento e aumento da área de
101 estacionamento. Dr. Pelisson falou da necessidade de uma conciliação. O Prefeito
102 de Paranaguá Vicente Elias solicitou que no caso de haver a Reunião
103 extraordinária que esta fosse feita em Paranaguá, mas foi decidido que ira
104 acontecer apenas a Ordinária. 05 – Assuntos Gerais: Dr. Juracy C. Silva,
105 representante do CREA, solicitou a palavra, aproveitando a oportunidade,
106 denunciou a falta de acostamento na Estrada que liga Matinhos, Alexandra,
107 solicitando o apoio do Conselho junto ao DER, pois em conjunto com as
108 Prefeituras, não seria um custo muito elevado e o problema do morro da Colônia
109 Pereira, que está dentro da rodovia, o material poderia servir para nivelar o leito da
110 rodovia. Dr. Daniel falou que fora anotada a recomendação e que o Conselho
111 poderá apoiar as Prefeituras. Dr. Gabardo falou que o uso da rodovia é sazonal e
112 que o custo é alto e o DER não tem dinheiro. Dr. Luciano solicitou ao Conselho
113 respostas formais de alguns pontos que iria levantar: com relação a estrada que
114 liga Caiobá – Porto Passagem, devido a longa fila, entre a serra e a serrinha,
115 deveria ter acostamento e maior policiamento, mas como isso é impossível nos
116 acostamentos deveria haver balizamento. É preciso antes da temporada que as
117 pistas sejam sinalizadas através de tartarugas. Dr. Gabardo falou que isso
118 demanda recursos, mas que levará o assunto à Secretaria dos Transportes. Dr.
119 Luciano falou que trouxe o problema inúmeras vezes, mas a questão é de
120 segurança. Dr. Daniel mencionou que levará o problema para Operação Verão. Dr.
121 Luciano mencionou o problema de barcos que estão convivendo com as pessoas
122 que nadam na praia e agora temos também o problema de barcos pesqueiros. A
123 lei é bem clara: - “navegação à duzentos metros”, propôs que a Operação Verão
124 fizesse um Convênio entre o Governo do Estado e a Capitania dos Portos, para
125 que os botes do Corpo de Bombeiro tivessem o poder de pedir às pessoas que
126 ficassem até cem metros da praia e também procurar patrocinador para vinte ou
127 trinta bóias para fazer sinalização do limite de cem metros para os banhistas.
128 Solicitou também que o ITCF apresentasse situação da Ilha do Mel, pois estamos
129 recebendo pesadas e serias críticas sobre o que vem acontecendo na Ilha. O
130 Conselho deve ficar sabendo qual é o zoneamento e o critério para as construções
131 e qual Plano Diretor, pois nada nesse sentido passou pelo Conselho, solicitou
132 também a participação da SPU para esclarecer a questão das áreas das Caieiras
133 em Guaratuba, e sobre a linha do preamar médio de 1831. Continuou solicitando
134 esclarecimentos quanto a estrada de Guaraqueçaba. Dr. Gabardo falou que se
135 tentou fazer a estrada pela Administração Regional e então o Dr. Celli, chefe da
136 regional esclareceu que não foi possível liberar as jazidas de cascalhos com a

137 Surehma e o ITCF. Dr. Luciano falou que agora sabia porque a Surehma não
138 autorizou e antes sabia que a obra começaria mês passado, por isso solicitou
139 resposta por escrito. Dr. Celli mencionou que foram liberados paleocanais, com
140 volume de dez metros cúbicos de cascalhos e que no entanto serão necessários
141 duzentos mil metros cúbicos. Dr. Daniel falou que será encaminhado formalmente:
142 sobre bóias e fiscalização para Operação Verão, convidará o ITCF para esclarecer
143 sobre a Ilha do Mel e SPU para esclarecer sobre as Caieiras e a Linha do Preamar
144 Médio de 1831. A questão da estrada de Guaraqueçaba, também será
145 encaminhado ao DER e também a Surehma. Dr. Francisco Carlim dos Santos
146 solicitou a palavra e mencionou as matérias publicadas nos jornais da Capital, tais
147 como: “Políticos de Matinhos estão sendo acusados de envolvimento imobiliários”,
148 “Comprar imóveis no litoral exige cuidados”, “ Prédios irregulares serão demolidos,
149 afirma Requião”, e também leu a reportagem publicada no Jornal do Estado do
150 Paraná: “A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, fez ontem
151 um alerta as pessoas interessadas em comprar imóveis no Litoral, para que
152 verifiquem se não estão embargados pelo Conselho de Desenvolvimento
153 Territorial do Litoral Paranaense, e que muitos construtores, até com aval das
154 Prefeituras estão construindo prédios mais altos do que o permitido. Solicitou que
155 se traga na próxima reunião os alvarás liberados para constatar qual Prefeitura fez
156 tal expedição. Tomou este posicionamento por tratar de uma generalização de toda
157 administração municipal do Litoral e falou na qualidade de Prefeito de Matinhos,
158 onde a situação é mais brutal. Falou também que os prédios irregulares são
159 herança da gestão anterior e que nenhum alvará foi expedido atualmente. Se não
160 existe um culpado este não seria a atual administração, ou seria a administração
161 anterior, ou Secretaria Executiva do Conselho ou o CREA, ou a própria
162 construtora. Solicitou esclarecimentos, pois está em jogo nomes de políticos
163 conceituados e que seja penalizado quem infringiu a lei. Dr. Daniel falou que
164 levará as solicitações ao Secretário, pois ele deve saber de fatos concretos para
165 fazer tal pronunciamento, e o fará de modo público. Dr. Edmir falou que a idéia do
166 Dr. Luciano em sinalizar é muito boa e solicitou também que seja demarcada as
167 áreas das embarcações pesqueiras e fez denúncia que a empresa Becker de
168 Paranaguá derramou ácido sulfúrico. Solicitou que fosse feita uma fiscalização
169 mais rigorosa para que esse tipo de acontecimento não ocorra, e que também foi
170 derramado pó químico no Rio Sertãozinho, em Matinhos, solicitou providências da
171 SUREHMA. Dr. Daniel falou que as denúncias foram devidamente anotadas e que
172 serão encaminhadas. Dr. José Elias fez duas anotações: Solicitou que o Conselho
173 apoiasse junto a Capitania dos Portos para resolver o problema do pixe, pois na
174 sua gestão anterior foi feito um acordo com a Capitania dos Portos e o Governo do
175 Estado, para fiscalizar os navios em alto mar e este problema fora resolvido.
176 Também é necessário fazer um lobby, pois a BR-277 está deteriorando e se não
177 for tomado nenhuma providência, ela ficará irrecuperável , solicitou que seja
178 providenciado junto a Polícia Federal uma fiscalização para que discipline a decida
179 de caminhões, propondo que seja retido as decidas e subidas nos finais de
180 semana, e também somou-se a posição do Prefeito de Matinhos, quanto as
181 colocações feitas pelo Secretário, pois a todos atingiu e que deveria ter mais
182 responsabilidade ao fazer as declarações. Deve se respeitar toda classe política,
183 pois estamos servindo de mediador para que a crise não se acentue entre os

184 Prefeitos e o Secretário, mas é importante que se esclareça esse tipo de
185 declaração colocada na imprensa e que o Conselho realmente deu uma abertura
186 muito grande e as partes que ficarem obscuras nas entrevistas dadas, fiquem
187 realmente esclarecidas. Dr. Daniel rejeitou a intenção de levar as preocupações ao
188 Secretário e que este assunto será resolvido de uma vez por toda na próxima
189 reunião, pois sentiu que existe uma harmonia na elaboração do Decreto e que este
190 trabalho trará bons resultados para o litoral. Sr. Sebastião Cavagnolli falou que
191 esta solidário aos Prefeitos e aproveitou a oportunidade para agradecer ao Dr.
192 Gabardo pela recuperação da ponte de ferro de setenta e sete anos, dizendo que
193 estava muito satisfeito. O Prefeito de Guaraqueçaba, Sr. Luis Chemin agradeceu
194 ao Dr. Gabardo e ao Dr. Celli pelo início da ponte e que também acredita no
195 trabalho do Secretário, mas que está solidário ao Prefeito de Matinhos. 06 –
196 Encerramento: Dando por encerrado os trabalhos da Vigésima Oitava Reunião
197 Ordinária do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense, ficou
198 marcada a próxima reunião no dia 24/10/89, no município de Morretes, e eu
199 Adolfo Rocha da Cruz lavrei a presente Ata, ao qual assino juntamente com o
200 Presidente e submeto a apreciação e votação dos demais Conselheiros.